



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conferência Nacional da Educação Básica

CONFERÊNCIA ESTADUAL – INFORMAÇÕES GERAIS

Estado		Município				UF	
Santa Catarina		Florianópolis				SC	
Local de Realização da Conferência							
Florianópolis – Univers. Federal de SC							
Período de Realização da Conferência							
	Dia	Mês	Ano		Dia	Mês	Ano
	07	Dezembro	2007	a	08	dezembro	2007
Participantes							
Quantidade	Segmentos e Setores						
91	01 – Gestores Estaduais						
107	02 – Trabalhadores da Educação Básica Pública						
62	03 - Gestores Municipais						
	04 – Gestores da Educação Básica Privada						
	05 – Trabalhadores da Educação Básica Privada						
02	06 – Conselheiros Estaduais de Educação						
31	07 – Conselheiros Municipais de Educação						
01	08 – Estudantes						
12	09 – Pais						
	10 – Representação das Assembleias Legislativas						
	11 – Representação dos Ministérios Públicos						
	12 – Representação dos Tribunais de Contas						
06	13 – Representação Social do Campo						
01	14 – Secretaria Executiva Adjunta - SEA/MEC						
	15 – Secretaria de Educação Básica - SEB/MEC						
	16 - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC						
	17 – Secretaria de Educação Especial - SEESP/MEC						
	18 – Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC						
	19 – Secretaria de Educação Superior - SESU/MEC						
	20 – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC						
	21 - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC						
	22 – CEFET/MEC						
	23 – Colégio Pedro II						
	24 – Colégio de Aplicação						
	25 – CNE						
01	26 – Centrais Sindicais						
01	27 – ONG's						

Quantidade	Segmentos e Setores
	28 – Presidente de entidades que compõem a Comissão Organizadora
	29 – Representação Social Indígena
	30 – Representação Social Quilombola
	31 – Representação Entidade da Rede Universitária
	32 – Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados
	33 – Comissão de Educação do Senado
	34 – CONSED
	35 - UNDIME
	36 – CNTE
01	37 – CONTEE
	38 - FNCEE
	39 – UNCME
	40 – UBES
	41 –CONFENAPA
04	42 – ANFOPE
	43 – COORDENAÇÃO DO CAMPO
	44 – CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO
	45 - Outros (Identificar)
330	Total de Participantes

Assinale os temas de eixos e/ou de colóquios que foram realizados e o

<i>Palavra</i>		Participantes
	I – Os Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação	
	O PDE e as Ações Articuladas	
x	A Contribuição da Educação a Distância no Fortalecimento dos Sistemas de Ensino	37
x	O PNE na perspectiva dos Planos Estaduais e Municipais de Educação	32
	Sistema Nacional de Avaliação	
	Educação Para Todos ao Longo da Vida	
	Função Social da Escola	
x	O Setor Privado da Educação na Construção do Sistema Nacional	35
	II – Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação Básica	
	O Papel das TICs na Educação e a Inclusão Digital	
	Transversalidade da Educação Especial na Educação Básica	
x	Gestão Democrática das Escolas e dos Sistemas de Ensino: relação entre sujeitos e as instâncias de participação	237
	As Tecnologias e Conteúdos Multimidiáticos na Educação Básica	
x	Educação Infantil em Novas perspectivas	33
x	Ensino Médio Integrado e Educação Profissional	
x	Ensino Fundamental de Nove Anos	45
x	Educação de Jovens e Adultos	45
	Currículo, Tempo e Espaço	

Assinale os temas de eixos e/ou de colóquios que foram realizados e o

Palastrea		Participantes
	Leitura – promoção e formação de mediadores	
x	III – Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação	37
x	Gestão e Financiamento de Políticas Educacionais num Regime de Colaboração	42
x	FUNDEB e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino	45
x	Transferência de Recursos: Gestão e Compromisso	45
x	A Vinculação dos Recursos e a Manutenção e Desenvolvimento da Educação	45
	IV – Inclusão e Diversidade na Educação Básica	
x	Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	32
	Contextualização Curricular a partir da Diversidade Regional	
	Educação Indígena	
x	Educação e Afrodescendência	32
	Educação no Campo	
x	Educação Especial	37
	Ampliação do Tempo Escolar	
	Educação e Diversidade Sexual	
	Construção da Cultura da Paz no contexto da Escola	
	V – Formação e Valorização Profissional	
x	Formação Inicial e Continuada de Professores	47
x	Avaliação Docente como Instrumento de Valorização	47
x	Funcionários de Escola: Formação e Identidade Profissional	47
x	Valorização: Piso Salarial Profissional e Desenvolvimento na Carreira	47
x	Educação a Distância e Formação de Professores	39
	Outros temas (identificar)	

Equipe Organizadora do Evento

Comissão Organizadora

Nome	Instituições de Representação
Renato Kock Nunes	SED
Marta Vanelli	SINTE/SC
Elisandra Aparecida Giacomel	UNDIME
Vera Regina Simão Rzatki	CEE/SC
Adercia Bezerra Hostin	CONTEE/SINPRO Itajaí
Darli de Amorim Zunino	UNCME

Coordenadores de Mesa			
Nome		Conferência ou Colóquio	
Adercia Bezerra Hostin		Conferência: gestão democrática	
Marta Vanelli			
Jane Mota			
Darli de Amorim Zunino			
Rita de Cássia Kleber			
Renato Kock Nunes			
Elizandra Aparecida Giacomet			
Pedro de Souza			
Sandra Araújo Figueiredo			
Pedro Polidoro			
Relatores			
Nome		Conferência ou Colóquio	
Adercia Bezerra Hostin			
Marta Vanelli			
Jane Mota			
Darli de Amorim Zunino			
Rita de Cássia Kleber			
Renato Kock Nunes			
Elizandra Aparecida Giacomet			
Pedro de Souza			
Sandra Araújo Figueiredo			
Pedro Polidoro			
Quantidade de Recursos Humanos			
Membros da Comissão	Coordenadores	Relatores	Total
06	10	10	08
Delegados Eleitos			
Nº	Nome	Segmento	
01	Itamar Fávero	UNIDME – Gestores Municipais	
02	Ana Maria Marcos dos santos	UNDIME - Gestores Municipais	
03	Edla Janice Perini Dores	UNDIME - Gestores Municipais	
04	Neuza Schotten	UNDIME - Gestores Municipais	
05	Vera Rzatki	CEE/SC – Conselho Estadual de Educação	
06	Marta Vanelli	CEE/SC	
07	Daniela Nascimento de Souza	UNCME	
08	Anelice Maria Banhara Figueiredo	UNCME	
09	Darli Amorim Zunino	UNCME	

10	Jucela Regina Pinotti	Pais
<i>Delegados Eleitos</i>		
Nº	Nome	Segmento
11	Luciane Costa Pacheco Garcia	Pais
12	Augusto Nissola	Pais
13	Anna Julia Rodrigues	Trabalhadores em Educação Pública
14	Danilo Ledra	Trabalhadores em Educação Pública
15	Inês Leodete Fortes Pereira	Trabalhadores em Educação Pública
16	Reginaldo de Oliveira Bernardo	Trabalhadores em Educação Pública
17	Jane Mota	Gestores Estaduais
18	Iria Poganski Tonello	Gestores Estaduais
19	Ângela Cristina da Silva	Gestores Estaduais
20	Mery Cristina Neves	Gestores Estaduais
21	Maria dos Passos Viana Bottega	Representação Social do Campo
22	Maria da Graças Felisberto Darós	Representação Social do Campo
23	Adércia Bezerra Hostin	Trabalhadores em Educação Privada
24	Roberto Deitos	Trabalhadores em Educação Privada
25	Rosenei Cella	Trabalhadores em Educação Privada
26		
27		
28		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de **SC**
Realizada em **07-08 / 12 / 2007**
Responsável pela sistematização: **Marta Vanelli**

Documento Referência

Eixo I: Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

Parag 10 - Não compreender a sociedade e da educação piramidal... mas como revolução e caminhada da sociedade para uma ética de partilha dos /das oprimidos/as e o resgate de sua dignidade/constituição.. Art. 206... falta concepção de ética como princípio da educação.

Parag 11 – INCLUIR - Reestruturar os sistemas de ensino que atuam na educação básica superando a perspectiva de “redes” para o sistema único da educação básica

Parag 17 INCLUIR

Formação e Capacitação de Conselheiros e Educadores

- 1) - Formação e Capacitação para conselheiros de Educação serem conhecedores de seu papel e serem propositivos
- 2) - Organizar formações do pró-conselho nas micro-regiões com apoio da Uncme-UNDIME.
- 3) - Formação continuada para educadores sobre os planos educacionais, legislação educacionais em vigor, e sobre as novas propostas construídas pela comunidade escolar de base.
- 4) - Garantir o espaço de formação dos conselhos municipais e do fundeb para acompanhar, consultar, normatizar e mobilizar a comunidade na fiscalização das políticas públicas educacionais.

Composição e função dos Conselhos

- 1) - A composição dos CME deve contemplar a participação da sociedade civil organizada e não somente pessoas indicadas pelo poder executivo.
- 2) - Que os CME possam efetivamente avaliar todas as ações educacionais proveniente do poder executivo e até mesmo do legislativo.
- 3) - incumbir-se á o conselho municipal de educação a prerrogativa de fiscalizar juntamente com o ministério público, o cumprimento do art 9º - inciso ix da lei 9394/96. "a união incumbir-se-á de: autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, os cursos das instituições de EAD superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino e os EADs.

Planos Municipais de Educação

Estabelecer uma comissão para auxiliar os municípios na elaboração dos planos municipais por parte da UNMCE-UNDIME. Estabelecer um cronograma nesta comissão para efetivar encontros com os dirigentes municipais juntamente com os conselhos

Plano Estadual de Educação

- 1) - Garantir a aprovação do Plano Estadual de Educação de SC, construído democraticamente por 18 entidades em conjunto com a Secretaria de Estado da Educação. A UNCME e UNDIME também deverão contribuir para pressionar o governo do Estado.
- 2)- Criar ou incentivar mecanismos de mobilização social para exigir prioridade nas questões educacionais pendentes, como o plano estadual de educação não aprovado, a não constituição do conselho de fiscalização do FUNDEB.

PNE

Distribuição gratuita do PNE para todos as unidades escolares brasileiras

Parag 18 - Construir um sistema nacional de avaliação amplo que não considere apenas o desempenho, o fluxo e a evasão escolar, mas também as variáveis como infra-estruturas das redes de ensino. Deverá estar estruturada numa perspectiva de aprendizagem e não de punição das redes e sistema de ensino.

Parag. 20 - EAD INCLUIR

- a- complementar ou construir novo item - regulamentar a fiscalização do EAD, periodicamente, exigindo formação dos professores que atuam como tutores, etc.
- b - a EAD deve ser oferecida unicamente por instituições sem fins lucrativos ou apenas por órgãos públicos.
- c- aumento do tempo presencial na EAD
- d- processo seletivo rigoroso para ingressantes (principalmente histórico escolar e/ou vestibular).
- e- Que se crie um mecanismo ou comissão permanente para acompanhar, avaliar e autorizar os cursos a distancia.

f- Que seja incluído nos cursos a distancia conteúdos específicos da EAD. Ex.: legislação, fundamentação teórica, concepções.

Parag. 22 INCLUIR (...) tanto da rede pública quanto do setor privado de ensino, que está incluída nos sistemas conforme a responsabilidade legal de cada ente federado.

Outras 1

Conferencias e Mobilização Social

a - Garantir que se realizem conferencias municipais, regionais, estaduais e nacional para aprofundar o debate, propor a operacionalização das propostas que constam no texto base, com participação da sociedade civil organizada, movimentos sociais, vereadores, lideranças

Outras 2

a- Inverter a ordem das ações, iniciando-se pelo PDE, passando, pelo PME-PEE. Servindo como base para o plano nacional, objetivando ações eficazes á melhoria socioeducacional.

b - Destacar com maior ênfase no regime de colaboração, a contradição da instituição escolar pública, entre o projeto político pedagógico e o compromisso de uma educação com qualidade social.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de **SC**

Realizada em **07-08 / 12 / 2007**

Responsável pela sistematização: **Marta Vanelli**

Documento Referência

Eixo II: Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

Parag. 27- INCLUIR

- 1) - Eleições diretas para diretores, secretários escolares e equipe das secretarias de educação com apoio da UNDIME e da UNCME
 - 2) - Eleições diretas para diretores de escolas
-

Parag 31 - INCLUIR

Educação Infantil

- 1) - Que o INEP realize o diagnóstico da educação infantil.
- 2) - Qualificar a educação infantil, valorizando o profissional, o limite de crianças por turma, respeitando a criança em desenvolvimento e não sendo em local como depósito de criança.
- 3) - no item 3.1 – na coordenação de espaços entre união, estados e municípios na consideração da educação infantil que as redes estaduais, não deixe de atender as crianças da educação infantil, nos CEI's e pré escolas, até que os municípios consigam ampliar significativamente a oferta de vagas.
- 4) - Ampliação da oferta de vagas nas redes públicas, com estrutura adequada ao trabalho de qualidade, vagas estas conforme a demanda excluída nesses últimos anos.
- 5) - Creches como instituições de ensino devem ser vinculadas aos órgãos educacionais públicos.
- 6) - Assegurar o acesso ao concurso público a formação específica para o magistério como exigência mínima para o exercício profissional)
- 7) - Regulamentar todas as instituições de educação infantil, que atendam as exigências legais.

- 8) - Garantir a universalização da educação infantil – creche e pré-escola;
- 9) - Reconhecimento e valorização dos profissionais da educação infantil em âmbito nacional, estadual e municipal.
- 10) - Garantir aulas de educação física na educação infantil.

Ensino Fundamental de 9 anos

- 1) - Estabelecer políticas de fomento para a formação continuada para a transição do ensino fundamental de 08 para o ensino fundamental de 9 anos; bem como consultar as unidades de ensino para enviar recursos\ material para o processo ensino-aprendizagem.
- 2) – Adequar o mobiliário, substituindo carteiras por mesas; para a 1º série dos seis anos.
- 3) - Garantir que a idade de ingresso no Ensino Fundamental seja unificada em todas as redes (estadual, municipal e privada)
- 4) - Diferencial para o professor alfabetizador – 30h >20h na sala e 10h para atividade.
- 5) - Que todas as redes respeitem o Art. 24, inciso II da LDB que não há classificação ou reclassificação na 1º serie do EF.
- 6) - Garantir formação continuada aos professores com acompanhamento pedagógico, assistente de turmas nas 1ª série do ensino fundamental de 9 anos e jornada com 50% de hora atividade

Ensino Médio

- 1) - Condições de acesso e permanência para os(as) alunos(as) trabalhadores(as)
- 2) - Garantir caráter público e gratuito, contra qualquer dispositivo que reverta em sua privatização.
- 3) - Que na matriz se garanta disciplinas de formação humana.
- 4) - Autonomia aos sistemas para definir a forma de organização do ensino.
- 5) - no currículo, conteúdos necessários para colocar em igualdade de condições, os(as) atuais estudantes, quando na inserção efetiva na sociedade, no mercado de trabalho e no ensino superior, bem como material didático e acesso à tecnologia.
- 6) - ampliar o acesso e a qualidade do ensino médio integrado com a educação profissional

Educação Profissional:

- 1) - Garantir que os investimentos públicos para a educação profissional sejam efetivados, prioritariamente, nas instituições públicas de ensino da rede pública estadual.
- 2) - Inclusão no currículo escolar a formação humana, política e ética, para pleno exercício da cidadania, não sendo exclusivamente técnica.
- 3) - Direcionar a educação profissional com a perspectiva de ofertar aos educandos(as) condições de acesso ao ensino superior.
- 4) - Promover edificações, equipamentos e materiais que atendam as atuais exigências do mercado, quanto ao desenvolvimento tecnológico, garantindo a formação técnica de qualidade e atualizada.
- 5) - Ampliar o financiamento para oferta de cursos profissionais com currículo integrado ao ensino médio

EJA

- 1) - Fiscalização para o cumprimento da legislação, que preconizam os parâmetro da EJA.
 - 2) - Políticas públicas para favorecer a permanência do aluno no ensino regular, evitando que os adolescentes migrem para a EJA sem a necessidade, vigente.
 - 3) - Mudança na legislação para ingresso na EJA, sendo a idade mínima de 16 anos para ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio.
 - 4) – A consolidação de uma política de educação de jovens, com alocação dos recursos do FAT - Ministério do Trabalho - no MEC para ampliação e qualificação da EJA.
 - 5) - Alfabetização de todos(as) que não tiveram acesso na idade própria.
 - 6) - Implementar políticas educacionais específicas que promovam o acesso, permanência e conclusão dos estudos.
 - 7) - Critérios de seleção dos(as) profissionais em educação para esta modalidade de ensino.
 - 8) - Rediscutir e avaliar o papel das tele-salas.
 - 9) - Revisão urgente dos conteúdos para que garanta a qualidade do ensino.
 - 10) - Ampliar o percentual do FUNDEB destinado à EJA de 0,7 para 1,0 por aluno
 - 11) - Assegurar a formação inicial e continuada de educadores para atuar na EJA
 - 12) - Garantir o livro didático para jovens e adultos nas diversas disciplinas.
 - 13) - Possibilitar o financiamento da Educação a distancia para EJA
-

Posições Minoritárias

INCLUIR

Educação Infantil

- 1) - Que o MEC elabore orientações para o estabelecimento de convênios entre o poder público e as instituições de educação infantil privados sem fins lucrativos, por meio de processo participativo que envolva UNDIME, MIEIB, Conselhos de Educação, Universidades, CNTE, CONTEF, e demais movimentos sociais envolvidos com a educação infantil
- 2) - Educação infantil - defesa do acesso, da permanência e da expansão da educação infantil, sendo que a mesma deva ser de qualidade, socialmente referenciada e oferecida em instituições públicas, considerando as especificidades da crianças de 0 até 6 anos.

Ensino Fundamental de 9 anos

- 1) - Contemplar gratificação aos professores de alfabetização 1º e 2º série, como incentivo para professores efetivos assumirem estas séries, evitando professores ACTs que com as trocas anualmente interrompem o processo.
 - 2) - Inserir conteúdos mínimos a serem trabalhados em todos os anos do ensino fundamental para todo o Brasil, respeitando a cultura local de cada estado e considerando para ser acrescentar no planejamento e proposta de cada escola. Com um referencial didático para dar um norte a todos, e todos falarem a mesma linguagem, para não haver lacunas de aprendizagens nas construções de conhecimentos dos alunos na hora das transferências de cidade para cidade do mesmo estado e de cidade para cidade de estados diferentes.
-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de **SC**
Realizada em **07-08 / 12 / 2007**
Responsável pela sistematização: **Marta Vanelli**

Documento Referência

Eixo III: Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

Parag 40 INCLUIR

- 1) - Defesa da manutenção da vinculação constitucional,
- 2) - Aumento gradativo PIB até alcançar 10%
- 3) - Aumentar o percentual vinculado da União de 18% para 20%.
- 4) - Incidência do percentual vinculado da União sobre contribuições sociais.
- 5) - Combate a sonegação fiscal, isenção fiscal e fundos sociais que reduzem recursos para a educação.
- 6) - Punição mais rígida para gestores que desviam recursos da MDE.
- 7) - Que os 25% vinculados dos estados e municípios sejam todos destinados à educação básica.
- 8) - Criar um sítio na internet com dados levantados no FUNDEB sob a ótica dos conselhos. Fazer publicações da UNCME/UNDIME com alertas para os conselheiros do FUNDEB/COMED.
- 9) - Sistematização dos dados estatísticos e financeiros por municípios para facilitar a fiscalização social.
- 10) - Mudança nos critérios para apresentação de projetos junto ao MEC/FNDE. Penalizar municípios e estados que não estiverem cumprindo os critérios.
- 11) - Garantia de participação a todos os municípios e estados independentes de IDEB e IDH, poderem participar, encaminhar e elaborar e serem contemplados nos projetos do MEC em nível nacional.
- 12) - Rever os critérios de distribuição dos recursos do FNDE, considerando que a maioria dos municípios de SC não recebem estes recursos porque tem bom IDEB.

- 13)** - Transporte escolar: aumento do valor per capita – lei que unifique o calendário escolar (estado e município).
- 14)** - Financiamento para transporte escolar específico para educação infantil.
- 15)** - Vinculação dos recursos destinados ao transporte escolar diretamente dos recursos do salário educação ou FUNDEB. Estabelecer e ampliar mecanismos de transferências de recursos para manutenção diretamente às escolas.
- 16)** - Capacitação para gestores e conselheiros.
- 17)** - Permitir que os conselhos de acompanhamento/fiscalização do FUNDEB (estado/município) possam vetar determinados gastos que superam determinados valores.
- 18)** - Recursos do FUNDEB devem ser vinculados ao censo escolar em tempo real, adequado aos recursos no exercício do ano vigente.
- 19)** - Obrigar os estados e municípios a repassar dinheiro (parte) diretamente para escolas para atender as demandas de despesas decorrentes das unidades escolares. Aplicação do dinheiro seja decidida pela comunidade escolar.
- 20)** - Inibir a disputa por alunos do ensino fundamental entre estados e municípios provocado pelo FUNDEB, pois, dificulta a gestão compartilhada.
- 21)** - Rever o valor das ponderações por nível – modalidade de ensino conforme valor das despesas reais.
- 22)** - Rever os fatores de ponderação do FUNDEB previstos para a creche e matrículas em tempo integral e adequá-los aos custos reais para considerar o valor do CAQ.
- 23)**- Que os Conselhos de Fiscalização do FUNDEB em nível estadual dêem mais apoio e assistência aos conselhos municipais.
- 24)** - O financiamento da educação deve garantir: qualidade, infra-estrutura, suporte pedagógico, valorização do profissional.
- 25)** - Custo qualidade por aluno garantido pela união, estado e municípios.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de **SC**

Realizada em **07-08 / 12 / 2007**

Responsável pela sistematização: **Marta Vanelli**

Documento Referência

Eixo IV: Inclusão e Diversidade na Educação Básica.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

Parag NOVO: após o Parag 43

Sabemos que o tempo de permanência na escola é fator diferencial no sucesso de crianças e jovens e aqueles em situação de risco e exploração são os mais afetados pelo baixo tempo de escolaridade. É preciso, pois, afirmar a necessidade de implantação do tempo integral para essa população infanto-juvenil, vítima do trabalho escravo, do trabalho infantil e de situação de risco, como medida imediata.

O fato de estarmos vivendo no século XXI, com características de uma busca pela liberdade individual, pela democratização de todos os espaços e pelo fim dos preconceitos, somos desafiados a desenvolver a formação de cidadãos e cidadãs que respeitem as diferentes orientações sexuais.

Parag NOVO após o Parag 43

É também na escola que as diferenças se manifestam e nem sempre os, trabalhadores/as em educação, estudantes, pais e mães dos estudantes reúnem as condições para conviver com o diferente. Portanto, a escola é o espaço vital para assumirmos a luta contra todas as formas de discriminação, do negro, da mulher, do imigrante, do pobre e dos homossexuais. dedicando uma atenção especial na discussão e prevenção das formas de contrair o vírus do hiv/aids e na manifestação da solidariedade e respeito a todos indistintamente. Neste sentido, devemos trabalhar para incluir temas relativos à sexualidade e homossexualidade nos conteúdos, currículos, livros e outros materiais didáticos. incentivar e fomentar políticas de combate à homofobia nos ambientes de educação formal, em todos os seus níveis, através da formação continuada dos/as profissionais da educação, ampliando o debate sobre orientação sexual, incluindo a homossexualidade como alternativa legítima de manifestação afetiva e sexual do ser humano.

Parag NOVO após o Parag 43

O Brasil está deixando de ser um país jovem e se transformando em um país de idosos/as, em função do crescimento da faixa etária acima de 60 anos. estudos realizados apresentam projeções de crescimento da população de idosos/as, em 2005 ocupamos o 6º lugar mundial de população idosa, em 2025, serão 34 milhões de pessoas idosas. torna-se necessário que saíamos do campo das preocupações para uma ação mais efetiva na defesa dos direitos e a conquista de políticas públicas que venham atender aos/as aposentados/as e idosos/as. Devemos cobrar do poder público espaço na mídia para realização de um trabalho educativo sobre o processo de envelhecimento; que o ministério da educação tenha atenção na seleção dos livros didáticos, reprovando os que tratam de forma discriminatória os/as aposentados/as e idosos/as. discriminar, desdenhar, promover qualquer forma de humilhação aos idosos/as é crime. o processo de envelhecimento deve ser tratado à luz dos direitos fundamentais da pessoa humana, criando laços de solidariedade entre as gerações. é preciso repensar a cidade, a economia e a política para garantir a inclusão social de toda a população numa perspectiva socialista.

Parag 44- ao final do parágrafo: ... e educação ambiental e **SUBSTITUIR** desenvolvimento sustentável por sociedade sustentável

Novo Parágrafo após o 44 - Há nitidamente uma ausência de referendos sobre as dimensões da sustentabilidade das “sociedades sustentáveis” pelo contrário, assume-se o tema “ desenvolvimento sustentável” de forma generalizada, sem os ressaltos que este tema sustenta ideologicamente e politicamente. O programa nacional de educação (PRONEA) elaborado pela MMA e MEC assume a concepção de sociedades sustentáveis e não o conceito polissêmico e ideologicamente comprometido com o sistema de produção e capitalista: desenvolvimento sustentável.

Parag 46 - INCLUIR no finala educação ambiental

INCLUIR referências à educação de pescadores (em SC existem várias “ casas familiares do mar” voltadas a educação de filhos de pescadores)

Parag 49 INCLUIR após exclusão social. A herança do regime da escravidão continua viva na sociedade brasileira, caracterizada pelas desigualdades sociais, um grande problema a ser resolvido tanto pelos governos quanto pelos movimentos sociais . Um dos

Parag 54 INCLUIR referendo aos ambientalistas

Parag 57 INCLUIR o termo “ coletivo de educadores” pois este é o nome também de um dos programas do MMA e MRC vinculados ao programa nacional de educação ambiental

Parag 59 **SUBSTITUIR** a nomenclatura final do inciso 5, “ ... a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável” para : sociedade sustentável

Parag 60 . 4 **EDUCAÇÃO INDÍGENA: INCLUIR**

- 1)- Garantir o acesso a escolarização das comunidades indígenas, respeitando sua cultura, sua crença, seus valores e organização social.
 - 2) - Assegurar autonomia das escolas indígenas, possibilitando intercâmbio com entidades indígenas que possam contribuir para a oferta de ensino de qualidade social.
 - 3) - Definição de programas e metas específicas para a educação escolar indígena. (ensino infantil, ensino fundamental, ensino médio, universidade)
-

Parag 60.6 **EDUCAÇÃO ESPECIAL: INCLUIR**

a) Política preventiva

- 1) - Garantir a generalização da aplicação dos testes de acuidade visual e auditiva em todas as instituições de ensino infantil e do ensino fundamental.
- 2) - Estabelecer junto às Secretarias Estaduais de Saúde programas efetivos de conscientização na prevenção e redução do índice de portadores de necessidades especiais.

b) Política educacional

- 1) - Promoção de programa que efetivamente promova a integração dos portadores de necessidades especiais nas unidades escolares, no mercado de trabalho, na sua inclusão social enquanto cidadão(ã).
 - 2) - Implantação de instituições públicas, devidamente estruturadas para o atendimento aos portadores de necessidades especiais severas e que sejam dependentes.
 - 3) Que os Estados promovam o atendimento aos portadores de necessidades especiais, com políticas educacionais especifica nas as salas de recursos nas APAES e APAS.
-

Parag 60. 7 – INCLUIR. ..e do marapós campo.

Parag 60.9 - SUBSTITUIR ...desenvolvimento sustentável por sociedades sustentáveis.

- **INCLUIR** ...O processo de nucleação das escolas rurais deve ser repensado urgente. No campo deve ter oferta de ensino: Educação básica com foco na proposta de educação o campo tendo os princípios das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo.

Parag 60 . 11 - INCLUIR:

- 1) - A criação de organismos institucionais (Secretarias, Coordenadorias, Departamentos, Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial) no âmbito do poder público municipal e estadual, com a responsabilidade de assegurar a implementação da política da promoção da igualdade racial.
- 2) - A organização de centros de documentação, bibliotecas afrobrasileiras, midiotecas, museus, exposições em que se divulguem valores, pensamentos,

jeitos de ser e viver dos diferentes grupos étnico-raciais brasileiros particularmente da população afrobrasileira.

3) - A Edição de livros e de materiais didáticos para diferentes níveis e modalidades de ensino, que abordem a diversidade étnico-racial da nação brasileira, corrijam distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrobrasileiros.

4)- A inclusão em documentos normativos e de planejamento dos estabelecimentos de ensino de todos os níveis – estatutos, regimentos, planos pedagógicos, planos de ensino de objetivos específicos, assim como de procedimentos para sua consecução, visando ao combate do racismo, das discriminações e ao reconhecimento, valorização e respeito das histórias e culturas afrobrasileiras e africanas.

5) - A inclusão nos Planos Municipal, Estadual e Nacional de Educação da educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (no diagnóstico, nas diretrizes, nos objetivos e nas metas para cada um dos níveis e modalidades de ensino).

6) - O estabelecimento de prazos para a implementação da Lei 10639/03 e das Diretrizes nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana**7)** - A formação dos trabalhadores da escola para a coleta do quesito cor no Censo Escolar.

8) - A realização de campanhas educativas pelos diferentes tipos de mídia abordando a diversidade étnico-racial brasileira.

9) - Pensar um currículo que enfoque o verdadeiro papel das raças e povos que contribuíram com a construção desse imenso país;

10) - Revisão sistemática dos livros didáticos;

11) - Repensar a escola: na sua estrutura, na formulação do currículo, na forma de tratar a diversidade;

12) - Desenvolver política de formação com corte étnico/racial e de gênero;

13) - Colocar no currículo a luta das mulheres contra a opressão, o machismo e a violência sexista;

14) - Promover a retirada de materiais didáticos com teor discriminatório;

15) - Combater o capitalismo que sobrevive da fome e da pobreza de mais da metade da população mundial, da opressão, do racismo, do machismo, da homofobia, da xenofobia e de tantas outras formas de intolerância no intuito de dividir para reinar;

16) - Levantar a discussão sobre “linguagem sexista” e discriminatória às mulheres, levando esta discussão para a sala de aula e para todos os ambientes de trabalho;

17) - Afirmar a luta pela escola de tempo integral..

18) - Articulação das ações projetos e programas de educação ambiental nas esferas federal, estadual, municipal, em sintonia com as diretrizes do programa nacional de educação ambiental (PRONEA) e a política nacional de educação ambiental (PNEA) – lei nacional de educação ambiental.

19) - Que a educação ambiental seja primordial nas escolas e que esteja presente no projeto político pedagógico e com ações multidisciplinares com sentido e significado

20) - Sensibilizar os educandos sobre a importância da sustentabilidade para que formem consciência crítica - emancipatória e busquem políticas públicas para uma sociedade sustentável.

21) - articular ao sistema de ensino as três esferas (municípios, estado e federação) para repasse e execução das políticas públicas de educação ambiental

Outras - INCLUIR Que a SECAD/MEC que trata da diversidade da educação nacional tenha como ação urgente debate nacional e capacitação para educadores e gestores sobre a diversidade da Educação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de **SC**
Realizada em **07 – 08 / 12 /2007**
Responsável pela sistematização: **Marta Vanelli**

Documento Referência

Eixo V: Formação e Valorização Profissional.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

Parag 62 – INCLUIR - realizar, urgentemente, um seminário nacional sobre formação de profissionais da educação nos cursos de pedagogia e normal superior.

INCLUIR - realizar com brevidade, um seminário/encontro sobre formação de professores em curso de licenciatura, das disciplinas das ciências da natureza (física, química) e da matemática”

Parag. 63 - INCLUIR -

A política nacional de formação e valorização dos trabalhadores em educação deve contemplar aspectos estruturais, particularmente, e extinguir, paulatinamente, as soluções emergenciais, tais como cursos de graduação (formação inicial) a distancia, cursos de duração reduzida, contratação de profissionais liberais como docentes, aproveitamento de alunos de licenciatura como docentes, uso complementar de teleaulas).

Entre os aspectos estruturais a contemplar:

1) - Construir comissão nacional de formação dos profissionais da educação para acompanhar os processos de criação, credenciamento e autorização de cursos e sua avaliação permanente.

2) - Fortalecer as licenciaturas presenciais como porta de entrada para a formação dos profissionais da educação.

- 3) - Estabelecer prazo para extinguir o curso normal de nível médio no país, para que este deixe de ser considerado como a formação inicial dos professores e o patamar básico de remuneração.
- 4) - Fortalecer as faculdades e centros de educação das IES para a formação de professores (inicial e continuada), instituindo programas de incentivo às licenciaturas e aos professores universitários que se dedicam à educação básica.
- 5) – Estabelecer para os cursos de pedagogia a duração mínima de 4 anos para a sua realização.
- 6) - Estabelecimento de um padrão de qualidade aos cursos de formadores de professores em todas as IES
- 7) - Para uma efetiva política nacional de formação de professores merece destaque o papel dos IFES considerando que as mesmas historicamente se ocupam das pesquisas em educação e no ensino. contudo urge que recebam efetivo aporte de novos concursos públicos para professores para dar conta da formação de professores, principalmente para a expansão de vagas dos cursos de licenciatura
- 8) - Criação de legislação para exigência de formação mínima na área da educação (pós-gestão escolar) exemplo para cargos de gestão na educação (majoritária).

Parag. 64 letra “f” **INCLUIR após em serviço** ... em consonância com as atuais demandas (...)

Parag 68 – INCLUIR - a definição de algumas ações e programas de fortalecimento aos cursos de formação de professores, dentre os quais:

- 1) - Fomento a inovação pedagógica, particularmente aquelas advindas das... e de trabalhos conjuntos entre IES e escolas
- 2) - Programas integrados para desenvolvimento de estágios para formação de professor envolvendo as redes e as IES
- 3) - Estímulo à formação dos profissionais da educação voltadas a mudança da prática e ao comprometimento com a educação.

Parag. 74 — INCLUIR

- 1) – Após o setor privado, precisam compreender (...).
- 2) - Bolsa de estudo aos licenciandos para que tenham tempo para estudos e estágio.
- 3) - Investimento nos cursos de licenciaturas para que tenham mais e melhores docentes, inclusive para orientação e acompanhamento dos estágios, ponto principal para a formação.
- 4) - A graduação não pode ser feita pela educação a distância.
- 5) - O curso à distância deve ser visto como um complemento e não um modelo.
- 6) - Contemplar na formação inicial (graduação) curso de pedagogia com duração de 4 anos e extinguir a longo prazo o ensino médio (modalidade normal) ou ampliar incentivos para caminhar à uma graduação.
- 7) - Garantir ao funcionário (profucionário) uma formação continuada no exercício da sua função.
- 8) - Integrar os serviços terceirizados na escola (merenda escolar, serviços gerais, zelador) nas questões, discussões pedagógicas da escola, garantindo no PPP da mesma.
- 9) - Formação sustentada, prioritariamente, por conhecimentos historicamente produzidos e que contribuam para a emancipação dos formandos. conhecimentos teóricos sólidos nas áreas da filosofia, sociologia, psicologia, antropologia e pedagogia;

incluindo nesse processo as trocas de experiências, os saberes, as histórias de vida e as habilidades dos formandos.

10) - Instituir /estabelecer fóruns permanentes de discussão formação docente e valorização (em âmbito estadual e nacional) para elaborar planos específicos.

11) - Instituir sistema de avaliação para diagnosticar a finalidade da formação dos egressos dos cursos superiores e cursos normais médios, por área e identidades formadoras, para discussão nos fóruns para tal fim

12) – Elaborar planos específicos de formação e valorização do magistério (estadual /nacional) nos fóruns constituídos para tal fim.

Parag 83 - INCLUIR

A formação dos/as trabalhadores/as em educação, deve ser entendida na perspectiva social e posta no nível de política pública, há de ser tratada como direito, superando o estágio das iniciativas individuais para aperfeiçoamento próprio.

Compõe, juntamente com a carreira e a jornada de trabalho e a remuneração, elementos indispensáveis à implementação de uma política de valorização profissional. deve ser pensada como processo inicial e continuado e definida como direito dos/as profissionais da educação e dever do estado, garantindo as condições para esse processo formativo.

Parag. 84 INCLUIR após salas de vídeo ... laboratórios específico de cada área, número adequado de alunos por pólo, professores habilitados nas respectivas áreas, atuando também nas tutorias e outros recursos para sua realização com qualidade social .

INCLUIR após o Parag. 86

1) - Avançar na unificação dos planos de carreira abrangendo funcionários/as administrativos/as, professores/as e especialistas em educação.

2) - Lutar pela implementação do piso salarial profissional nacional – PSPN com valor de um salário mínimo do DIEESE para jornada de 20 horas semanais e 50% da jornada para hora atividade

3) - Exigir a admissão dos/as profissionais da educação por concurso público, regulamentação da carreira, prevendo-se jornada única do/a trabalhador/a em educação e regime jurídico único.

4) - Manter equipes completas de profissionais da educação para atender todos os níveis e modalidades de ensino – profissionais habilitados com ingresso através do concurso público

5) - Reafirmar a luta pela campanha de valorização dos/as funcionários/as de escola;

6) - Lutar contra a terceirização e os contratos temporários (a precarização do trabalho);

7) - Fortalecer os programas de formação continuada, a exemplo do profuncionario;

8) - Implementar a luta nos estados para que os/as funcionários/as de escola saiam das secretarias centralizadas e sejam funcionários/as da secretaria de educação.

9) - Ampliar as vagas dos cursos presenciais nas instituições de ensino superior pública nos cursos de licenciaturas, de caráter público e gratuito.

10) - Participação dos segmentos representativos na definição dos currículos dos cursos de formação do magistério, que contemplem conteúdos básicos para atendimento das diversidades. (educação especial, etnias, questões de gênero, educação do campo e outros)

- 11)** - Que o estado promova a formação continuada, oferecendo condições de acesso e permanência com afastamento remunerado. (pós-graduação, mestrado, doutorado...) garantindo o retorno para as instituições públicas de ensino superior.
- 12)** Implantação imediata de programa de capacitação e atualização continuada para todos(as) os(as) trabalhadores(as) em educação oferecendo condições de efetiva participação.
- 13)** - Estruturar a política de formação continuada;
- 14)** - Contra a formação de professores a distância;
- 15)** - Estabelecer parâmetros de número máximo de estudantes por professor/^a
- 16)** - Viabilizar escola de formação de pais.
-

Posições Minoritárias

- 1)** -dispositivos que garantam a ampliação da exigência presencial, hoje de 30% da carga horária total. para os cursos a distancia

RECURSO SOBRE OS DELEGADOS APROVADOS

1 – Recurso pela representação do segmento Movimento Negro

Considerando que o movimento social negro é ativo frente às exigências de educação com qualidade social em SC e no Brasil;

Considerando que a Conferencia tem como um dos eixos a Inclusão e diversidade na educação básica;

Considerando que o movimento negro tem formulado e contribuído historicamente na implementação das políticas públicas educacionais,

Considerando a urgente e necessária implementação da Lei 10639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico/raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana o Movimento Negro solicita a deliberação da plenária da Conferencia Estadual de SC pela sua representação como segmento.

Nome: Joana Célia dos Passos

CPF 592004999-53 CI 2198366 SSP/SC

joanap@terra.com.br

048 32698231 9617 8644

2 – Ampliação do número de delegados dos trabalhadores em Educação a fim de garantir a paridade entre os gestores e trabalhadores em educação.

3 – Participação de estudante - solicito a deliberação da plenária da Conferencia Estadual de Educação Básica de SC, no que concerne a minha participação na Conferencia Nacional como delegado, já que represento os estudantes subjugados no anexo II do regimento interno e sou o único estudante da educação básica presente e disposto a representar o estado de SC.

Thiago S. da Silva – Joinville/SC

Esclarecimento da Coordenação: Todos os esforços foram envidados para que a representação estudantil participasse da comissão organizadora e da Conferencia, mas todos foram inúteis. A comissão organizadora não tomou nenhuma outra forma no sentido de garantir a presença estudantil na Conferencia. No entanto, o Município de Joinville realizou Conferencia Municipal e elegeu delegado por segmento para participar da Conferencia Estadual, mas a coordenação organizadora só tomou conhecimento na véspera da realização da Conferencia Estadual, quando eles solicitaram a inscrição dos delegados e a comissão organizadora comunicou-os que a inscrição seria pela entidade representativa do segmento, com exceção dos pais que foi adotado outro critério deliberado pela comissão. Como houve muita desistência devido a problema de infraestrutura, principalmente o transporte que foi contrato somente na véspera da Conferencia, todos os delegados de Joinville que estiveram presentes foram credenciados na Conferencia Estadual.

Fica a critério da Comissão Organizadora Nacional se aceita ou não a inscrição do delegado.

4 – Recurso de representação

Educação especial

Educação a Distância
Centro de Educação da UFSC
Sindicato dos Professores da UFSC – APUFSC-ANDES/SN